

ORDEM DE EXPOSIÇÃO DA MATÉRIA

| | Pág. | N.º à margem |
|--|-----------|-----------------|
| CAPÍTULO 1.º – DIREITO, DIREITO PRIVADO, DIREITO CIVIL; AS SUAS FUNÇÕES | 1 | |
| A. INTRODUÇÃO E ORIENTAÇÕES GERAIS | 5 | |
| I. A FUNÇÃO DO DIREITO COMO ELEMENTO REGULADOR DA CONVIVÊNCIA HUMANA | 5 | |
| 1. O Direito e a sua função ordenadora | 5 | 1 |
| 2. O direito como fenómeno sujeito à evolução | 14 | 11 |
| 3. O direito e a sua função conformadora | 18 | 18 |
| 4. A não universalidade do direito | 21 | 23 |
| 5. O direito e a língua | 23 | 26 |
| 6. As funções do direito e as responsabilidades do jurista | 29 | 32 |
| II. O DIREITO OBJECTIVO EM GERAL | 31 | |
| 1. Referências às fontes do direito objectivo | 31 | 35 |
| 2. A divisão em direito privado e direito público | 34 | 39 |
| 3. A divisão em direito imperativo e direito dispositivo | 45 | 55 |
| 4. A distinção entre direito material e direito processual | 46 | 58 |
| III. O DIREITO SUBJECTIVO EM GERAL | 49 | |
| 1. Referências ao conceito de direito subjectivo | 49 | 62 |
| 2. Referências aos vários direitos subjectivos | 50 | 65 |
| 3. O direito subjectivo como condição de existência do direito objectivo | 53 | 70 |
| B. NOÇÃO, PRINCÍPIOS E FUNÇÕES DE DIREITO PRIVADO E CIVIL | 57 | |
| I. NOÇÃO E PRINCÍPIOS DE DIREITO PRIVADO E CIVIL | 57 | |

| | Pág. | N.º à margem |
|--|------|-----------------|
| 1. Os princípios da igualdade jurídica, da autonomia privada e da protecção dos mais fracos | 57 | 74 |
| 2. Liberdade e responsabilidade | 64 | 84 |
| a) Significado e limites da liberdade contratual | 64 | |
| aa) A liberdade de celebração e de fixação do conteúdo do contrato | 64 | 85 |
| bb) Os limites da lei à liberdade contratual e as suas justificações | 67 | 89 |
| cc) Outras limitações à liberdade contratual | 72 | 96 |
| dd) As áreas de aplicação da liberdade contratual dentro do direito privado | 75 | 99 |
| b) Significado e modalidades da responsabilidade civil | 77 | |
| aa) Considerações gerais; as responsabilidades contratual e extracontratual ou civil; as suas delimitações | 77 | 101 |
| bb) As responsabilidades contratual e civil por actos próprios | 80 | 104 |
| cc) As responsabilidades contratual e civil por actos de outrem | 88 | 115 |
| dd) Responsabilidade civil e responsabilidade criminal (só referência) | 92 | 120 |
| ee) A responsabilidade civil do Estado e demais entidades públicas | 92 | 121 |
| 3. As funções dinamizadoras e protectoras do direito privado | 97 | 127 |
| 4. A divisão do direito privado em direito civil e direitos privados especiais | 98 | 129 |
| 5. Os vários direitos privados especiais | 99 | 131 |
| 6. A análise económica do direito privado (referência genérica) | 106 | 143 |
| II. O DIREITO PRIVADO E A ORDEM CONSTITUCIONAL PORTUGUESA | 107 | |
| 1. O problema da aplicação dos direitos fundamentais (direitos, liberdades e garantias) entre particulares | 108 | 144 |
| 2. Perspectivas de evolução | 114 | 154 |
| III. A DIMENSÃO POLÍTICA DO DIREITO PRIVADO | 116 | |
| 1. A inserção no respectivo sistema jurídico-político | 116 | 157 |

| | Pág. | N.º à margem |
|---|---------|-----------------|
| 2. O direito civil em sistemas jurídicos colectivistas | 118 | 160 |
| a) O direito civil na ordem jurídica nacional-socialista | 121 | 163 |
| b) O direito civil na ordem jurídica marxista-leninista | 123 | 167 |
| C. FONTES DO DIREITO CIVIL PORTUGUÊS | 129 | |
| I. A LEGISLAÇÃO ANTERIOR AO CÓDIGO CIVIL DE 1966. | | |
| RESENHA HISTÓRICA | 129 | |
| 1. As origens romanas | 130 | 173 |
| 2. As Ordenações | 134 | 179 |
| 3. O direito subsidiário e a legislação extravagante | 135 | 182 |
| 4. O Código Civil de 1867 | 137 | 185 |
| II. O CÓDIGO CIVIL DE 1966 E A SUA SISTEMATIZAÇÃO | 142 | 195 |
| 1. Os trabalhos preparatórios | 143 | 196 |
| 2. A sistematização do Código Civil | 146 | 198 |
| 3. A reforma de 1977: a sua elaboração e o seu conteúdo material | 157 | 212 |
| III. AS FONTES ALÉM DO CÓDIGO CIVIL | 160 | 216 |
| CAPÍTULO 2.º – OS INSTRUMENTOS CENTRAIS DO DIREITO PRIVADO: A RELAÇÃO JURÍDICA, O DIREITO SUBJECTIVO, O NEGÓCIO JURÍDICO | 161 | |
| A. A RELAÇÃO JURÍDICA | 165 | |
| I. A RELAÇÃO JURÍDICA FUNDAMENTAL E O CÍRCULO DE DIREITOS | 165 | |
| 1. A relação jurídica fundamental | 165 | 217 |
| 2. O círculo de direitos | 168 | 222 |
| II. CONCEITO E ESTRUTURA DA RELAÇÃO JURÍDICA | 170 | |
| 1. O conceito da relação jurídica | 170 | 225 |
| 2. A estrutura da relação jurídica | 175 | 233 |
| B. OS ELEMENTOS DA RELAÇÃO JURÍDICA. O CONTEÚDO DA PARTE GERAL | 181 | |

| | Pág. | N.º à margem |
|---|------|-----------------|
| I. AS PESSOAS EM SENTIDO JURÍDICO (SUJEITOS DA RELAÇÃO JURÍDICA) E OS SEUS DIREITOS IMANENTES; REMISSÃO | 181 | 241 |
| I-A. DOS ANIMAIS | 184 | 247 |
| II. AS COISAS EM SENTIDO JURÍDICO (OBJECTOS DA RELAÇÃO JURÍDICA) | 184 | |
| 1. Os possíveis objectos da relação jurídica em geral | 184 | 248 |
| a) O objecto imediato da relação jurídica; remissão | 185 | 250 |
| b) O objecto mediato da relação jurídica | 186 | 253 |
| c) Observações finais | 190 | 259 |
| 2. As coisas como objectos mediatos da relação jurídica | 190 | |
| a) A noção de coisa no sentido do artigo 202.º, n.º 1 | 190 | 261 |
| b) As coisas fora do comércio de acordo com o artigo 202.º, n.º 2 | 193 | 268 |
| c) A classificação das coisas | 195 | 274 |
| d) Os frutos e as benfeitorias | 202 | 286 |
| 3. O património e a empresa (referências) | 204 | 290 |
| a) O património; as suas acepções | 204 | 291 |
| b) As modalidades de patrimónios separados (autónomos e colectivos) | 207 | 297 |
| c) A empresa como objecto de negócios (referência sumária) | 215 | 308 |
| III. OS FACTOS JURÍDICOS E OS NEGÓCIOS JURÍDICOS (ORIGENS DA RELAÇÃO JURÍDICA E DA SUA EVOLUÇÃO) | 217 | |
| 1. Os factos jurídicos em geral | 217 | 310 |
| 2. A relevância da vontade a respeito dos factos jurídicos e da sua classificação; os actos jurídicos | 219 | |
| a) A classificação geral em função da vontade | 219 | 313 |
| b) Os actos jurídicos (em sentido restrito) | 220 | 317 |
| c) O esquema classificativo; distinções complementares | 223 | 323 |
| 3. O negócio jurídico como facto jurídico voluntário (enunciado geral) | 225 | 326 |
| a) O negócio jurídico como produtor de efeitos volitivos ou pretendidos (efeitos volitivo-finais) | 225 | 327 |
| b) As consequências de uma vontade deficiente para os efeitos pretendidos | 226 | 330 |

| | Pág. | N.º à margem |
|---|------|-----------------|
| 4. O tempo e sua repercussão nas relações jurídicas (prescrição, caducidade, não uso) | 229 | 335 |
| IV. DO EXERCÍCIO E DA TUTELA DOS DIREITOS (GARANTIA DA RELAÇÃO JURÍDICA) | 231 | |
| 1. Generalidades | 231 | 339 |
| 2. A defesa do direito subjectivo mediante o recurso à força própria | 233 | 342 |
| C. O DIREITO SUBJECTIVO, OBJECTO IMEDIATO DA RELAÇÃO JURÍDICA, EM PORMENOR | 237 | |
| I. OS INTERESSES PRIVADOS E A SUA PROTECÇÃO; O DIREITO SUBJECTIVO E AS SUAS FUNÇÕES | 237 | |
| 1. As várias situações de interesse protegidas pelo direito; as expectativas jurídicas | 238 | 346 |
| 2. Noção de direito subjectivo; aspectos evolutivos; funções | 242 | 352 |
| 3. Faculdades, poderes, legitimidades, ónus | 249 | 367 |
| II. OS VÁRIOS DIREITOS SUBJECTIVOS | 253 | |
| 1. Os possíveis critérios classificativos | 253 | 371 |
| 2. Os direitos reais como direitos de domínio e/ou de exclusão | 253 | 372 |
| 3. Os direitos obrigacionais como direitos a uma prestação ou um comportamento | 259 | 382 |
| 4. Os direitos potestativos como direitos a uma modificação jurídica; os “direitos oponíveis” | 263 | 386 |
| 5. Os direitos familiares pessoais como direitos de estrutura complexa | 271 | 404 |
| 6. Os direitos de personalidade como direitos destinados a proteger a própria pessoa | 275 | |
| a) Considerações gerais | 275 | 409 |
| b) O direito geral de personalidade; os meios de defesa contra as violações de um direito de personalidade | 276 | 412 |
| c) Os vários direitos de personalidade especiais | 280 | 416 |
| d) A limitação voluntária ao exercício dos direitos de personalidade; o consentimento do lesado | 287 | 426 |
| III. A LIGAÇÃO DOS DIREITOS SUBJECTIVOS AO SEU TITULAR; A AQUISIÇÃO E A TRANSMISSÃO DE DIREITOS | 292 | |

| | Pág. | N.º à margem |
|--|---------|-----------------|
| 1. As modalidades da ligação ao titular | 292 | 435 |
| 2. A aquisição e a transmissão de direitos | 294 | |
| a) As formas de aquisição de direitos | 294 | 438 |
| b) As modalidades e as regras para a transmissão de direitos | 297 | 441 |
| IV. O ABUSO DO DIREITO SUBJECTIVO | 298 | |
| 1. Os poderes individuais e as vinculações imanes- e sociais dos direitos subjectivos | 299 | 444 |
| 2. Colisão de direitos e abuso do direito | 301 | 448 |
| CAPÍTULO 3.º – O DIREITO DAS PESSOAS | 311 | |
| A. AS PESSOAS SINGULARES | 315 | |
| I. PERSONALIDADE, CAPACIDADE E ESTADO DE PESSOA | 315 | |
| 1. O começo da personalidade | 315 | 455 |
| 2. A situação do nascituro | 319 | 458 |
| 3. O termo da personalidade | 323 | 461 |
| 4. Efeitos tardios da personalidade | 327 | 465 |
| 5. Os direitos de personalidade (remissão) | 330 | 470 |
| 6. Personalidade e estado de pessoa; a sua prova e atendibilidade | 330 | 471 |
| 7. A situação jurídica do cadáver | 333 | 475 |
| II. A CAPACIDADE JURÍDICA, AS CAPACIDADES DE AGIR | 334 | |
| 1. A personalidade e a capacidade jurídica | 334 | 477 |
| 2. A capacidade negocial, de gozo e de exercício | 336 | 479 |
| 3. A capacidade natural e de consentir | 338 | 483 |
| 4. A capacidade delitual | 340 | 486 |
| 5. Observações finais ao regime da capacidade | 341 | 490 |
| III. AS INCAPACIDADES NEGOCIAIS E A INCAPACIDADE DELITUAL | 344 | 494 |
| 1. As incapacidades de gozo | 344 | 495 |
| 2. A incapacidade de exercício do menor e os meios de suprimimento da incapacidade | 346 | |
| a) Considerações prévias gerais | 346 | 498 |
| b) O regime da menoridade em pormenor | 349 | 505 |

| | Pág. | N.º à margem |
|---|------|-----------------|
| 3. Figuras afins às incapacidades negociais | 364 | |
| a) As ilegitimidades e as indisponibilidades relativas; as proibições legais relativas | 364 | 528 |
| b) A incapacidade accidental | 367 | 534 |
| 4. A incapacidade delitual | 369 | 540 |
| IV. O REGIME DO MAIOR ACOMPANHADO | 370 | |
| 1. Considerações gerais | 371 | 542 |
| 2. O princípio do respeito pela vontade do beneficiário das medidas de acompanhamento | 374 | 545 |
| 3. Quem pode ser acompanhante | 377 | 548 |
| 4. Medidas de acompanhamento previstas na lei e poderes-deveres do acompanhante | 378 | 549 |
| 5. Direitos pessoais do maior acompanhado e negócios da vida corrente | 382 | 554 |
| 6. A anulabilidade dos actos do acompanhado | 385 | 557 |
| 7. Revisão, modificação e cessação do acompanhamento; remoção e exoneração do acompanhante | 393 | 569 |
| V. DOMICÍLIO, AUSÊNCIA, NACIONALIDADE (REMISSÃO) | 394 | |
| 1. O domicílio | 395 | 571 |
| 2. A ausência | 397 | 575 |
| 3. A nacionalidade (remissão) | 398 | 577 |
| B. AS PESSOAS COLECTIVAS | 401 | |
| I. O CONCEITO DE PESSOA COLECTIVA | 401 | |
| 1. As duas modalidades básicas; a sua justificação económico-social e jurídico-dogmática | 401 | 579 |
| 2. As posições doutrinárias relativas à sua natureza jurídica (referência) | 406 | 584 |
| 3. Os sistemas de reconhecimento para a atribuição da personalidade jurídica | 408 | 587 |
| 4. As pessoas colectivas de direito eclesiástico e de direito público bem como a delimitação destas últimas das pessoas colectivas de direito privado (referências) | 412 | 591 |
| 5. As pessoas colectivas de direito privado e sua classificação | 416 | 596 |

| | Pág. | N.º à margem |
|--|---------|-----------------|
| 6. A invocação dos direitos fundamentais no âmbito das pessoas colectivas | 424 | 609 |
| II. A EVOLUÇÃO LEGISLATIVA | 425 | |
| 1. A situação anterior à Constituição de 1976 | 426 | 613 |
| 2. O sistema constitucional de 1976 | 426 | 614 |
| III. AS PESSOAS COLECTIVAS DO CÓDIGO CIVIL EM GERAL | 426 | |
| 1. Os tipos regulados: as pessoas colectivas em sentido restrito | 427 | 615 |
| 2. A aquisição da personalidade jurídica e os pressupostos para a sua atribuição | 427 | 617 |
| 3. A personalidade e a capacidade jurídica | 431 | 623 |
| 4. A capacidade de agir e a responsabilidade da pessoa colectiva | 432 | 626 |
| 5. Domicílio, nacionalidade e extinção da pessoa colectiva | 437 | 633 |
| IV. AS PESSOAS COLECTIVAS DO CÓDIGO CIVIL EM ESPECIAL | 438 | |
| 1. As associações | 439 | |
| a) A constituição da associação | 439 | 636 |
| b) A sua organização e funcionamento | 441 | 639 |
| c) Aquisição, perda e conteúdo da qualidade de associado | 443 | 643 |
| d) Conteúdo e interpretação dos estatutos | 445 | 646 |
| e) As causas de extinção da associação | 446 | 648 |
| 2. As fundações | 446 | 650 |
| C. ASSOCIAÇÕES SEM PERSONALIDADE JURÍDICA E COMISSÕES ESPECIAIS | 451 | |
| I. GENERALIDADES | 451 | 655 |
| II. AS ASSOCIAÇÕES SEM PERSONALIDADE JURÍDICA | 453 | 658 |
| III. AS COMISSÕES ESPECIAIS | 454 | 660 |
| CAPÍTULO 4.º – O REGIME DO NEGÓCIO JURÍDICO | 455 | |
| A. O NEGÓCIO JURÍDICO EM GERAL | 459 | |
| I. O CONCEITO DE NEGÓCIO JURÍDICO | 459 | |
| 1. Os elementos e a natureza do negócio jurídico | 459 | 662 |
| 2. Os intervenientes no negócio jurídico; a conformação unilateral de relações jurídicas | 464 | 670 |

| | Pág. | N.º à margem |
|--|------|-----------------|
| II. REFERÊNCIAS A HISTÓRIA DO CONCEITO “NEGÓCIO JURÍDICO” | 468 | 678 |
| III. AS CLASSIFICAÇÕES DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS | 469 | |
| B. A EFICÁCIA DO NEGÓCIO JURÍDICO | 475 | |
| I. O NEGÓCIO JURÍDICO COM EFICÁCIA PLENA | 475 | |
| 1. A formação do negócio jurídico | 475 | |
| a) As modalidades da declaração negocial; os seus elementos | 475 | 693 |
| b) A forma da declaração negocial; a sua distinção da publicidade | 482 | 708 |
| c) A perfeição da declaração negocial | 490 | 722 |
| 2. A conclusão do contrato | 499 | 743 |
| a) A proposta contratual e a sua aceitação | 501 | 746 |
| b) Os efeitos da conclusão do contrato, nomeadamente os seus efeitos reais | 513 | 773 |
| c) A conclusão do contrato com base em cláusulas contratuais gerais | 515 | 777 |
| d) A conclusão do contrato nos contratos celebrados à distância | 517 | 780 |
| e) A contratação electrónica | 519 | 782 |
| f) As relações contratuais de facto; o problema da sua justificação | 524 | 788 |
| g) <i>A culpa in contrahendo</i> | 527 | 795 |
| 3. A representação na conclusão do contrato | 531 | 802 |
| a) Princípios gerais; delimitações para com figuras semelhantes | 533 | 806 |
| b) A procuração e os seus efeitos | 538 | 812 |
| II. OS NEGÓCIOS JURÍDICOS COM EFICÁCIA LIMITADA | 545 | 825 |
| 1. Os negócios jurídicos com efeitos subordinados a condição ou termo | 546 | 826 |
| a) A condição | 546 | 827 |
| b) O termo | 550 | 835 |
| c) Os encargos ou cláusulas modais (referências) | 552 | 837 |
| 2. Os negócios jurídicos com efeitos dependentes de ratificação | 552 | 838 |

| | Pág. | N.º à margem |
|---|------|-----------------|
| a) Os negócios dos insolventes, celebrados sem poderes de disposição | 553 | 839 |
| b) Os negócios celebrados sem poderes de vinculação | 555 | 842 |
| 3. Os negócios jurídicos com eficácia relativa | 556 | 844 |
| a) Os casos da falta de publicidade | 556 | 845 |
| b) Os casos da inoponibilidade da invalidade | 560 | 852 |
| III. A INTERPRETAÇÃO E A INTEGRAÇÃO DA DECLARAÇÃO NEGOCIAL | 562 | 856 |
| 1. A interpretação da declaração negocial | 563 | 858 |
| 2. A integração da declaração negocial | 568 | 867 |
| C. A INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO | 571 | |
| I. AS CAUSAS E AS MODALIDADES TÍPICAS E ATÍPICAS DA INVALIDADE BEM COMO AS CONSEQUÊNCIAS DESTA PARA OS EFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO: ENUNCIADO GERAL | 571 | 869 |
| II. OS NEGÓCIOS JURÍDICOS SOBRE OS QUAIS IMPENDE A SANÇÃO DA NULIDADE | 574 | |
| 1. Os negócios celebrados sem capacidade negocial de gozo e situações afins (remissão) | 575 | 873 |
| 2. Os negócios celebrados contra a lei | 575 | 874 |
| 3. Os negócios com conteúdo (isto é, objecto ou fim) desaprovado pela ordem jurídica | 578 | 878 |
| 4. Os negócios celebrados sem observância da forma legal | 583 | 887 |
| 5. Os negócios celebrados com falta de vontade: | 587 | |
| a) Enunciado geral | 587 | 893 |
| b) A simulação | 592 | 897 |
| aa) Figuras afins | 593 | 899 |
| bb) O valor do negócio simulado | 596 | 907 |
| cc) O regime da nulidade do negócio simulado em geral e em relação a terceiros | 597 | 909 |
| dd) A simulação relativa | 600 | 914 |
| ee) A simulação em negócios formais | 605 | 924 |
| c) A reserva mental | 611 | 937 |
| d) A declaração não séria | 613 | 940 |

| | Pág. | N.º à margem |
|---|------|-----------------|
| e) A falta de consciência da declaração e a coacção física | 615 | 943 |
| III. OS NEGÓCIOS JURÍDICOS SOBRE OS QUAIS IMPENDE A SANÇÃO DA ANULABILIDADE | 618 | |
| 1. Os negócios celebrados sem capacidade de exercício e situações afins (remissão) | 618 | 950 |
| 2. Os negócios celebrados contra a lei e os negócios celebrados sem os necessários consentimentos (remissão) | 619 | 951 |
| 3. Os negócios usurários | 619 | 952 |
| 4. Os negócios celebrados com erro na declaração | 625 | 959 |
| 5. Os negócios celebrados com vícios da vontade: enunciado geral | 632 | 971 |
| a) O erro sobre os motivos; suas configurações e regimes | 633 | |
| aa) O problema da relevância do erro | 633 | 973 |
| bb) O regime geral do erro sobre os motivos | 635 | 976 |
| cc) O erro sobre a pessoa ou sobre o objecto do negócio | 637 | 979 |
| dd) O erro sobre a base do negócio | 641 | 987 |
| b) O dolo | 647 | 998 |
| c) A coacção moral | 652 | 1008 |
| IV. AS CONSEQUÊNCIAS DA INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO EM PORMENOR | 655 | |
| 1. Os efeitos da invalidade | 655 | 1013 |
| 2. As pessoas legitimadas para invocar a invalidade | 659 | 1018 |
| V. A MINORAÇÃO DAS CONSEQUÊNCIAS DA INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO | 662 | |
| 1. O princípio da conservação dos negócios jurídicos e as suas expressões legais | 662 | 1021 |
| a) A conservação dos negócios jurídicos em relação às partes | 663 | |
| aa) A confirmação do negócio anulável | 663 | 1022 |
| bb) A redução do negócio nulo ou anulável | 664 | 1025 |
| cc) A conversão do negócio nulo ou anulável | 666 | 1028 |
| 2. A protecção de terceiros adquirentes de boa fé | 668 | |
| a) A inoponibilidade da declaração de nulidade ou da anulação do negócio que versa sobre bens sujeitos a registo | 668 | 1031 |
| b) A prevalência segundo as regras de prioridade das leis do registo | 672 | 1036 |